CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
CNTI
INFORMATIVO SINDICAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
Filiada à NCST NOVA CENTRAL
Brasília-DF, 24 de junho de 2025

Conferência Livre – Região Sudeste

A CNTI por meio da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, da Juventude e do Idoso convida as mulheres trabalhadoras para participarem da Conferência Live sobre a **Igualdade no Mundo do Trabalho, Autonomia Econômica e a Política do Cuidado,** que será realizada virtualmente através da plataforma ZOOM, dia 25/06 a partir das 9h.

Link para inscrições:
https://docs.google.com/forms/d/1R8vtOyuxzrffLpMGtLiJsHREWVFoDOv7XHVw0rilnrg/viewform?edit_requested=true

Fundacentro promove debate sobre o fim da escala 6x1 e a promoção da saúde dos trabalhadores

A Fundacentro realizará, no dia 27 de junho de 2025, o evento "O fim da escala 6x1 e a promoção da saúde dos trabalhadores", com o objetivo de discutir os impactos da jornada de trabalho na saúde, segurança e qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros. O encontro será presencial, no auditório da Fundacentro, localizado na Rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – São Paulo/SP, e também contará com transmissão on-line pelo canal da Fundacentro no YouTube.

O evento acontece das 9h às 13h30, com credenciamento a partir das 8h30. As inscrições para participação presencial podem ser feitas até as 16h do dia 26/06/2025 por meio do formulário disponível no Google Forms. Para a participação on-line, não é necessário se inscrever, e haverá certificação mediante avaliação e uso de palavra-chave divulgada durante a transmissão ao vivo pelo canal da instituição no YouTube.

O debate é uma oportunidade para trabalhadores, sindicatos, pesquisadores e gestores refletirem sobre o papel da jornada de trabalho na construção de uma sociedade mais justa e saudável. A presença no evento (presencial ou virtual) dá direito a certificado.

Matéria completa: https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2025/junho/fundacentro-promove-debate-sobre-o-fim-da-escala-6x1-e-a-promocao-da-saude-dos-trabalhadores

Fonte: Fundacentro

Pesquisa mostra que 67% dos brasileiros preferem ter carteira assinada

Os que acham melhor trabalhar sem registro somam 31%; 72% dos que recebem até dois salários mínimos julgam o vínculo formal mais importante, mostra Datafolha

Marcello Casal Jr / Agência Brasil

É antiga a campanha do patronato e dos grandes órgãos de imprensa contra os direitos trabalhistas. Desde os primeiros — garantidos à classe trabalhadora após muita luta e especialmente a partir de Getúlio Vargas — até a reforma trabalhista de 2017, passando agora pela valorização do empreendedorismo que, em geral, esconde um profundo processo de precarização, os ataques a esses direitos seguem firmes. Ainda assim, é alto o percentual dos brasileiros que preferem a CLT à informalidade.

É o que aponta pesquisa Datafolha recém-divulgada. De acordo com o levantamento, embora tenha caído dez pontos percentuais desde 2022, os que preferem ter a carteira assinada somam 67%.

A pergunta feita, no caso, foi: "Na sua opinião, o que é mais importante: trabalhar com carteira assinada,

CNTI - SEPN Quadra 513 Bloco D, Nº 38, Salas 317, 319 e 321 - Edifício Imperador - CEP 70769-900 - Brasília – DF
Fone: (61) 3448-9900 – Site: www.cnti.org.br – e-mail: cnti@cnti.org.br

mesmo com remuneração menor, ou trabalhar sem carteira assinada, mas com uma remuneração maior". Na ponta oposta, passou de 21% para 31% o percentual dos que escolheram a segunda opção; 2% não souberam responder.

Ainda segundo a pesquisa, a preferência por ser autônomo atinge principalmente os mais jovens, mais propensos a querer maior flexibilidade e mais sujeitos a aceitarem jornadas mais longas e condições mais adversas. Na faixa dos 16 aos 24 anos, 68% preferem essa opção, ante 29% mais inclinados ao emprego formal. O gosto pela CLT é maior entre os que têm 60 anos ou mais.

Além disso, a pesquisa aponta que a carteira assinada é mais relevante para quem tem menor renda: 72% dos que recebem até dois salários mínimos julgam o vínculo formal mais importante, contra 56% dos que ganham mais do que dez salários mínimos. A pesquisa foi realizada entre os dias 10 e 11 de junho com 2.004 pessoas em 136 municípios.

Cenário precarizado

O cenário trazido pelo levantamento reflete a "glamourização" que passou a envolver os chamados empreendedores nos últimos anos, especialmente após a forte perda de direitos imposta pela reforma trabalhista.

Embora haja aqueles que, de fato, sejam pequenos empresários que optaram por ter seu próprio negócio, é preciso colocar nessa equação alguns elementos muitas vezes desconsiderados.

Primeiramente, é importante lembrar que muitos desses empreendedores foram empurrados para essa situação por falta de emprego e pelos salários baixos oferecidos por boa parte das empresas nos últimos anos.

Além disso, sob o guarda-chuva do empreendedorismo, passou a entrar (convenientemente, diga-se de passagem, para o sistema capitalista) todo tipo de função "por conta própria" e precarizada, que explodiu nos últimos anos com os serviços de aplicativos, dentre os quais destacam-se os de motoristas e os de entregadores.

Em que pese esse tipo de função oferecer maior flexibilidade e não ter o patrão clássico controlando o trabalhador, o fato é que para ter um salário minimamente condizente com suas necessidades básicas, esses trabalhadores — em geral, jovens — se submetem a todo tipo de exploração.

Fazem parte desse "cardápio" desde as jornadas exaustivas, a falta de direitos básicos que lhes permitam exercer seu trabalho com algum conforto, dignidade e segurança, até a ausência de qualquer tipo de assistência em caso de acidente e problemas de saúde. Soma-se a isso os prejuízos futuros à sua aposentadoria.

Também entram aí os "pejotizados", pessoas que normalmente seriam CLT, mas acabam tendo de trabalhar como pessoa jurídica por imposição das empresas, uma modalidade que burla a contratação formal e que também se alastrou com a reforma e com a explosão das terceirizações.

Os dados da pesquisa, portanto, reforçam a necessidade de haver, tanto por parte do poder público — governos, parlamentos e judiciário — quanto do empresariado, um olhar mais cuidadoso com a classe trabalhadora, de maneira a garantir direitos tanto aos que optaram por ser seu próprio patrão quanto aos que gostariam de poder aderir à formalidade.

Com o mercado de trabalho aquecido e um governo mais sensível a essa pauta, abre-se também maior espaço para o movimento sindical buscar novas formas de mobilizar esses trabalhadores na luta por seus direitos.

Fonte: Portal Vermelho

Ecos do passado - João Guilherme Vargas Netto

Preocupado com a adversa correlação de forças dos blocos políticos no Congresso Nacional nas questões de interesse dos trabalhadores e do movimento sindical e com as dificuldades na condução das negociações com as lideranças, tenho sugerido que os dirigentes de base do sindicalismo procurem individualmente os senadores e os deputados em cada Estado, argumentando com eles, ao defender nossas posições e alertando-os sobre as consequências eleitorais de seu posicionamento.

Uma preocupação semelhante, mas na época em relação aos constituintes de 1946, podemos encontrar nas resoluções do Primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, de janeiro de 1946 que ficou quase sem registro histórico e é pouco documentado (mas possuo o folheto publicado).

O congresso, organizado pelo PTB e pelos comunistas do MUT (Movimento Unificador dos Trabalhadores), reuniu centenas de dirigentes sindicais e discutiu dezenas de teses sobre os mais variados assuntos. Defendeu a criação da CGT e procurou influir nas discussões constituintes que se iniciariam logo a seguir, em fevereiro de 1946, tendo sucesso em

CNTI - SEPN Quadra 513 Bloco D, Nº 38, Salas 317, 319 e 321 - Edifício Imperador - CEP 70769-900 - Brasília – DF
Fone: (61) 3448-9900 – Site: www.cnti.org.br – e-mail: cnti@cnti.org.br

vários pontos (jornada de trabalho, previdência social, unicidade sindical e outros).

Transcrevo trechos da resolução final:

"Dirigindo-se aos constituintes, os trabalhadores de São Paulo estão seguros de que encontrarão nos representantes do povo, dignos defensores dos interesses de seu país e de seus habitantes. Os trabalhadores de São Paulo estarão sempre vigilantes e com suas atenções voltadas para a assembleia (constituinte) (…) Os trabalhadores de São Paulo estão dispostos a aplaudir e incentivar todos aqueles deputados e senadores que (…) se mostrarem dignos dos mandatos que lhes foram outorgados. Mas saberão também manifestar a sua veemente repulsa àqueles que se deixarem arrebatar pelos interesses das forças contrárias às aspirações do povo e do bem-estar e grandeza do país".

Faço estas minhas palavras.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical

Fonte: Rádio Peão Brasil

Brasil é o país com mais milionários da América Latina e o mais desigual entre 56 países, diz relatório do banco suíço UBS

Instituição avaliou as nações que, segundo ele, têm 92% da riqueza mundial

Relatório do UBS indica que Brasil tem índice de desigualdade igual ao da Rússia, no topo do ranking mundial - Rovena Rosa/Agência Brasil

O Brasil é o país com maior número de milionários na América Latina e o mais desigual do mundo, segundo um relatório do banco suíço UBS divulgado nesta quarta-feira (18). Para elaboração do Relatório Global da Riqueza de 2025 o UBS analisou dados de 56 países, que concentram 92% da riqueza mundial.

De acordo com o documento, o Brasil tem aproximadamente 433 mil milionários, em classificação feita em dólares. O México tem 399 mil e é o segundo país latino-americano com mais super-ricos.

No mundo, o Brasil é o 19º país com mais milionários. Os Estados Unidos, com 23,8 milhões, lideram o ranking. A China vem em seguida, com 6,327 milhões de milionários. Juntos, os dois países têm 54% dos super-ricos do mundo.

Segundo o UBS, em um ano, o EUA ganhou 379 mil novos milionários em 2024. Isso significa que mais de mil pessoas se tornaram super-ricas por dia no país. Em todo o mundo, foram 684 mil pessoas.

A riqueza envolve bens e também aplicações financeiras, descontadas as dívidas.

Ranking de países com mais ricos:
1. Estados Unidos: 23,831 milhões
2. China continental: 6,327 milhões
3. França: 2,897 milhões
4. Japão: 2,732 milhões
5. Alemanha: 2,675 milhões
6. Reino Unido: 2,624 milhões
7. Canadá: 2,098 milhões
8. Austrália: 1,904 milhões
9. Itália: 1,344 milhões
10. Coreia do Sul: 1,301 milhões
11. Países Baixos: 1,267 milhões
12. Espanha: 1,202 milhões
13. Suíça: 1,119 milhões
14. Índia: 917 mil
15. Taiwan: 759 mil
16. Hong Kong (RAE): 647 mil
17. Bélgica: 549 mil
18. Suécia: 490 mil
19. Brasil: 433 mil
20. Rússia: 426 mil
21. México: 399 mil
22. Dinamarca: 376 mil
23. Noruega: 348 mil
24. Arábia Saudita: 339 mil
25. Singapura: 331 mil

Desigualdade

Ainda segundo o relatório, o Brasil é o país mais desigual entre todos os 56 analisados. Num índice que vai de 0 a 1, o Brasil tem 0,82 em desigualdade, junto com a Rússia. A Eslováquia é o mais igualitário da amostra, com índice de 0,38.

O UBS aponta ainda que o Brasil é o segundo país do mundo com maior valor de herança a ser distribuída nos próximos 20 ou 25 anos, ficando atrás somente dos EUA. Serão quase US$ 9 trilhões transferidos no Brasil de pais para filhos, por exemplo – algo em torno de R$ 50 trilhões na cotação atual do dólar.

Ranking de países mais desiguais:
1. Brasil
2. Rússia
3. África do Sul

CNTI - SEPN Quadra 513 Bloco D, Nº 38, Salas 317, 319 e 321 - Edifício Imperador - CEP 70769-900 - Brasília – DF
Fone: (61) 3448-9900 – Site: www.cnti.org.br – e-mail: cnti@cnti.org.br

4. Emirados Árabes Unidos
5. Arábia Saudita
6. Suécia
7. Estados Unidos
8. Índia
9. Turquia
10. México
11. Cingapura
12. Alemanha
13. Suíça
14. Israel
15. Holanda
16. Hong Kong
17. China
18. Portugal
19. Grécia
20. Taiwan
21. França
22. Reino Unido
23. Coreia do Sul
24. Polônia
25. Itália

Fonte: Brasil de Fato

Lula: entidades criadas na gestão Bolsonaro facilitaram fraude do INSS

Presidente, em entrevista ao podcast Mano a Mano, diz que as organizações viram uma oportunidade com a mudança de governo e transformaram o esquema em uma febre.

O presidente Lula afirmou que a fraude no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) foi facilitada por entidades criadas no governo Bolsonaro, que teriam visto uma janela de oportunidade para ampliar o esquema com a troca de governo. A declaração foi feita em entrevista ao podcast Mano a Mano.

"Nós descobrimos, através da Controladoria-Geral da República e da Polícia Federal, que várias entidades que foram criadas no governo Bolsonaro", disse o presidente. "Na perspectiva da mudança de governo, eles facilitaram com que os caras pudessem cobrar dos aposentados", completou.

O esquema das fraudes no INSS veio a público no final de abril, quando foi deflagrada uma operação da Polícia Federal com a CGU. O presidente da instituição foi afastado no mesmo dia por decisão judicial. De lá para cá, a repercussão pelo caso teve desdobramentos políticos expressivos, com a demissão do então ministro da Previdência, Carlos Lupi, e a leitura no plenário do Congresso do pedido para uma CPI mista que investigue o caso.

O esquema de fraude vem de antes do governo Lula, mas aumentou em escala durante a gestão do petista. Na CPI, o mais provável é que haja disputa sobre a culpa do caso: parlamentares da oposição devem buscar "colar" o escândalo no atual presidente, enquanto aliados vão buscar responsabilizar o governo anterior de Jair Bolsonaro.

Na entrevista, Lula busca fazer exatamente isso, citando entidades criadas no governo do antecessor. "Isso virou uma febre", disse. "A gente não quis fazer um espetáculo de pirotecnia porque a gente queria chegar no bandido, a gente queria chegar no chefe. E chegamos".

O presidente disse ainda que o governo vai ressarcir os aposentados atingidos pelo esquema, independentemente do ritmo das investigações: "Essas pessoas certamente serão presas, as entidades que cometeram o erro vão ter que perder o seu patrimônio. Como a gente não pode esperar, nós vamos antecipar o pagamento para os aposentados. Nós vamos pegar as pessoas que foram inocentes e que não assinaram para descontar e foi descontado, e, esses, nós vamos assumir a responsabilidade de pagar, e vamos pagar o mais rápido possível".

Fonte: Congresso em Foco

CNTI - SEPN Quadra 513 Bloco D, Nº 38, Salas 317, 319 e 321 - Edifício Imperador - CEP 70769-900 - Brasília – DF
Fone: (61) 3448-9900 – Site: www.cnti.org.br – e-mail: cnti@cnti.org.br